

# DA EVOLUÇÃO URBANA À GEOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE MAURICIO ABREU

**PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS**

Universidade Federal da Bahia  
Universidade Católica de Salvador  
pavascon@uol.com.br

## **RESUMO**

Neste artigo, serão examinados 15 textos, entre artigos e capítulos de livros, publicados por Mauricio Abreu no período de 1987 e 2010. O principal interesse da análise dos textos é que eles correspondem à evolução do pensamento do autor no período entre 1987, data da publicação do livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, e 2010, quando foi publicado a sua obra magna *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mauricio Abreu. Geografia Histórica. Pensamento Geográfico Brasileiro.

FROM URBAN EVOLUTION TO RIO DE JANEIRO'S HISTORICAL  
GEOGRAPHY: AN ANALYSIS ON THE PRODUCTION OF MAURICIO  
ABREU

## **ABSTRACT**

Fifteen texts – papers and books chapters – are analyzed in this article. They were published by Mauricio Abreu between 1987 and 2010. The main interest in the analysis of these texts is that they correspond to the evolution of the author's thought in the period between 1998 (year in which his book *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* was published) and 2010 (when *Geografia Histórica do Rio de Janeiro [1502-1700]*, his magnum opus, was released).

**KEY WORDS:** Mauricio Abreu. Historical Geography. Brazilian Geographical Thought.

Convidado a participar de mesa redonda do evento em homenagem ao amigo Mauricio Abreu (1948-2011), em 01.12.2011, na Universidade Federal Fluminense, e considerando que já tinha efetuado duas resenhas do seu livro, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (1987)<sup>1</sup>, e duas mais sobre a sua obra magna, *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)* (2010)<sup>2</sup>, pensei que também seria interessante analisar a evolução de sua produção sobre a Geografia Histórica<sup>3</sup> no período compreendido entre os seus dois livros mais importantes. Essa análise é mais importante ainda no contexto atual, em que a pressão do produtivismo sobre os professores pesquisadores é enorme e, principalmente, porque ele elaborou com paciência de artesão sua obra prima, que levou quinze anos para ser concluída e que talvez tenha sido um dos motivos que comprometeu sua saúde.

Serão examinados, portanto, quinze textos, entre artigos e capítulos de livro, abrangendo o período de 1987 a 2010, datas de lançamento dos dois livros mencionados acima.

O primeiro texto, *A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)*, foi publicado na respeitada revista Espaço & Debates em 1987. Com 16 páginas, e do mesmo ano em que foi lançado seu livro sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, ele é voltado para o mesmo período histórico examinado. Os temas tratados são: (1) Da cidade colonial à cidade capitalista; (2) Subúrbios: um cotidiano de lutas; (3) Lutando contra o capital e o Estado; e (4) De mato grosso a bairro: a luta pelo espaço. O que deve ainda ser destacado neste artigo é a pesquisa realizada pelo autor nos jornais locais do período 1883-1933.

O segundo texto – *A cidade, a montanha e a floresta* –, um longo capítulo com 49 páginas, faz parte de um livro organizado pelo próprio Mauricio Abreu sobre a natureza e a sociedade do Rio de Janeiro (1992). O maior interesse desse

<sup>1</sup> Vasconcelos (1988, p. 161-163) e (1999, p. 447-450).

<sup>2</sup> Vasconcelos (2011a e 2011b e Inédito).

<sup>3</sup> O autor escreveu outros textos importantes sobre outras questões como, por exemplo, o longo capítulo, com 123 páginas, publicado no livro editado por Ana Fani Alessandri Carlos (1994).

texto é a inclusão das questões da natureza em períodos pretéritos. O autor aborda, portanto, o Maciço da Tijuca, que teria sido responsável pela forma linear que a cidade assumiu (p. 54). Examina também o abastecimento d'água da cidade, incluindo a construção do aqueduto; as matas e os cafezais; a implantação do bairro de Santa Teresa, já com a utilização do discurso da amenidade climática; e, sobretudo, a ocupação de parte do maciço da Tijuca pelas favelas, que já eram 90, com cerca de 160.000 habitantes, em 1980. Deve ser sublinhada também a utilização de fontes primárias, como jornais da época e relatórios do período imperial.

O terceiro texto é datado de 1995, mas de fato foi produzido em 1992, conforme menção na página 18 do livro sobre Geografia e Meio Ambiente, do qual o capítulo faz parte. Trata-se do texto *Habitação popular, forma urbana e transição para o capitalismo industrial: o caso do Rio de Janeiro*. Inicialmente são citados autores como Harvey, Santos e Hobsbawn, numa discussão sobre os cortiços do Rio de Janeiro no final do século XIX, que chegaram a atingir um número de 658, em 1888. Em seguida, comenta as vilas operárias e a destruição dos cortiços. A Reforma Urbana é considerada por Abreu como um marco divisório na história da cidade. Houve o aumento do trabalho assalariado com as reformas, ao tempo em que os subúrbios eram abertos para a habitação popular, mas logo a legislação municipal de 1903 veio regulamentar essa expansão. Nesse momento o autor utiliza um discurso dialético: “o novo já traz em si a sua negação”, pois a reforma teria viabilizado “o desenvolvimento de sua própria negação” (p. 133), ou seja, a proliferação das favelas como resultado das reformas urbanas. Abreu comenta a riqueza do “estudo geográfico-histórico urbano” que não era ainda muito prestigiado pelos geógrafos brasileiros e conclui com “um convite para novas reflexões!”.

Nos anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, no Rio de Janeiro, foi publicado o quarto texto, a comunicação denominada *A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)*, com apenas três páginas. Começa a discussão sobre as primeiras favelas: a do morro de Santo Antônio, para aquartelar os soldados durante a Revolta da Armada (teria 41 barracões em 1897) e a do morro da Providência, que teria sido um abrigo para os habitantes do cortiço “Cabeça de Porco” ou para os soldados vindos de Canudos. Um dos aspectos mais interessantes do texto é a datação das diversas favelas que se implantaram na cidade: morro da Babilônia (1907), favelas do Salgueiro (1909) e da Mangueira (1910). Na década de 1910, também surgem

as favelas de Andaraí, São Carlos e do Pavão (Copacabana), do Chapéu Mangueira (Leme), do Pasmado (Botafogo), da Praia do Pinto (Leblon), do Que-rosene (Catumbi), entre outras. Por outro lado comenta também a imagem da favela, cultuada pelo movimento modernista como “berço do samba”. Embora tenham tido seu reconhecimento oficial na década de 1940, o autor comenta que foi durante o Estado Novo (1937-1945) e o período dos governos militares (1964-1985) que houve o maior combate às favelas, inclusive com erradicação forçada de várias delas, ao contrário dos períodos de liberdade política, durante os quais o voto dos favelados era importante. Conclui com a transformação de muitas favelas em “feudos do crime organizado” e do tráfico de drogas, o que lhes teria conferido uma nova imagem.

A temática sobre a favela foi mais desenvolvida no quinto texto, um outro artigo publicado na revista Espaço & Debates, em 1994: *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*<sup>4</sup>. Começa com a informação de que em 1991 já havia 545 favelas no Rio de Janeiro, com uma estimativa de um total de 1.100.000 habitantes, enquanto que em 1947 eram apenas 119, com 283.390 residentes. Utilizando também a imprensa periódica (1901-1930) como fonte principal, o autor reafirma a origem das favelas como consequência da Campanha de Canudos (1896-1897) e da Revolta da Armada (1893-1894). Comenta também os cortiços e os resultados da Reforma Urbana, que chegou a destruir 600 habitações coletivas, o que levou parte dos seus residentes a se instalar nas favelas, as quais, nos anos 1920, já estavam fora do controle do Estado, com uma estimativa de 100.000 residentes. Retoma os comentários de que nos anos 1920-1930, em paralelo ao movimento modernista nas artes, a favela, juntamente com o samba, foi exaltada pelos poetas. Por outro lado, ao contrário do exposto no texto anterior, conclui que elas ficaram em paz durante o governo Vargas e até os anos 1960, quando teria sido iniciada a política de erradicação.

O sexto texto, *Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités*, foi publicado em 1996, mas sua apresentação ocorreu em evento realizado no ano de 1994, quando da realização de seu pós-doutoramento em Paris<sup>5</sup>. Abreu inicia destacando a categoria lugar. O período ana-

<sup>4</sup> Também publicado em francês na revista *Genèses* (1994).

<sup>5</sup> Estava presente no evento, quando apresentei outro texto, e registro a boa acolhida da apresentação do Mauricio assim como do debate realizado.

lisado é o de 1808-1821, que corresponde à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro sob a proteção da esquadra inglesa. Ou seja, começa a recuar no tempo, passando para o exame do início do século XIX. Descreve inicialmente o impacto da instalação da corte na cidade, quando estruturas sociais do período colonial teriam sido trocadas ou transformadas, enquanto outras subsistiram ou foram reforçadas. Estavam presentes no mesmo lugar (Rio de Janeiro) diferentes temporalidades que se opunham entre si: um tempo colonial, característico do Brasil exportador de matérias-primas e com trabalho escravo; um tempo português, de uma sociedade anacrônica, absolutista, com base na propriedade da terra; e um tempo capitalista, difundido da Inglaterra fornecedora de bens industriais. Comenta, em seguida, o lugar: o Rio de Janeiro tinha apenas 50.000 habitantes e teve que alojar cerca de 20.000 pessoas que vieram de Portugal. Destaca ainda o espaço público, onde a sociedade do antigo regime (a corte) desfilava junto à escravidão urbana (colônia), ao lado das mercadorias industriais e firmas inglesas. Conclui observando que a emancipação política, em 1822, teria modificado algumas estruturas, como as do antigo regime, mas mantido e reforçado outras, como a escravidão.

O sétimo texto faz parte de livro publicado em 1996, reunindo a produção dos professores de Geografia da UFRJ: *Pensando a cidade no Brasil do passado*. Este texto também foi apresentado em um seminário em Paris, em 1994<sup>6</sup>. O longo capítulo (39 páginas) está dividido em cinco partes. No início, Abreu informa que “pretende resgatar [...] quem pensou a cidade brasileira no passado e quais foram essas reflexões” (p. 145-146). A primeira parte é dedicada ao período colonial, em que são destacados: o papel das cidades na colonização; a complexidade da economia colonial, sobretudo com a atuação dos comerciantes; o papel do Estado português na organização territorial (engenheiros militares); o planejamento das cidades, indo contra a ideia do “desleixo” em relação às mesmas (as posturas, as arruações, o papel dos ouvidores); os poderes da Igreja; o papel das câmaras; e as intervenções dos monarcas. A segunda parte trata do início do século XIX, e o autor volta a comentar a transferência da sede do governo para o Rio de Janeiro (choque de temporalidades). Segue com a emergência do pensamento higienista, quando cita Foucault, comentando a “teoria dos

---

<sup>6</sup> Apresentado no seminário “*La recherche sur la ville au Brésil*”. Publicado também em Silva, Costa e Dantas (1997).

miasmas”. A quarta parte é sobre o saber médico e a reflexão urbana no século XIX: o início do ensino médico (no Rio de Janeiro, em 1809) e as teses “higienistas”. A quinta descreve a valorização da técnica e a ascensão da engenharia, com a introdução das ferrovias; a separação da formação dos engenheiros em civis e militares (1858); a criação da Escola Politécnica (1874); e a fundação do Clube de Engenharia (1880). Apresenta uma análise dos relatórios de 1875 e 1876 da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, e segue com novos comentários sobre a Reforma Urbana do Rio de Janeiro (1903-1906), que teria sido efetuada sob o comando de um dos integrantes da referida Comissão, e que “veio coroar esse período de ascensão da engenharia” (p. 174). Conclui com a Revolução de 1930, percorrendo sobre as transformações ocorridas, as novas reflexões que atraíram outros profissionais, incluindo os geógrafos. Nesse texto, o período colonial começa a fazer contraponto ao final do século XIX e ao início do século XX, que eram dominantes nos textos anteriores.

No ano seguinte, em 1997, foi publicado o oitavo texto, como um capítulo de livro organizado pelos colegas da UFRJ: *A apropriação do território no Brasil colonial*. Nele, Mauricio Abreu extrapola a escala urbana para discutir a questão territorial brasileira no período colonial. O longo texto (48 páginas) é dividido em seis partes. Começa discutindo a apropriação territorial em Portugal, com destaque para as sesmarias medievais e a explicação dos termos jurídicos: define o que é enfiteuse (p. 201) e sesmos (sextas partes), originado da palavra sesmaria. Em seguida, analisa a transposição do sistema sesmarial para o Brasil, sublinhando a importância do pagamento dos dízimos à Ordem de Cristo. Na terceira parte, sobre as terras urbanas, Abreu trata do patrimônio municipal e explica os rossios e as sesmarias de chãos (doações que não estavam sujeitas ao dízimo). A quarta parte é sobre a alienação da propriedade territorial, com comentários sobre o dote de casamento, os legados pios e os morgados. A quinta parte trata dos controles (e descontroles) da apropriação territorial: começa pelo controle das sesmarias (sistema vigente até 1822), segue pelo controle da propriedade das ordens religiosas, tratando sobre os patrimônios religiosos e os terrenos de marinha, tecendo ainda comentário sobre os ataques ao patrimônio público. O capítulo é concluído com o destaque dado pelo autor à importância do exame das formas não materiais, como as normas jurídicas. Termina com a afirmação de que pensar o passado do espaço “significa buscar em tempos já idos as chaves de interpretação do presente”. Esse texto, portanto, não só é

unicamente voltado ao período colonial, como traz a questão jurídica, a importância das normas no passado, com a explicação de todo um vocabulário especializado. Deve ser sublinhado também que o conceito-chave aqui já é o de território.

As questões teóricas voltam a ter destaque no nono texto, *Sobre a memória das cidades*<sup>7</sup>, publicado em 1998. Abreu inicia com a valorização atual do passado, com citações de Le Goff, Le Petit e Pumain, Duvignaud, Harvey, Giddens, Santos e Virilio. Em seguida, passa à busca da memória urbana no passado e constata os poucos vestígios materiais das cidades brasileiras no passado e sua atual revalorização. Passa, a seguir, a discutir a memória individual, com comentários de G. Poulet sobre a obra de Proust, bem como a memória coletiva, com destaque para a obra clássica de Maurice Halbwachs. Traz a discussão para a cidade como lugar de memórias e para a possibilidade de recuperar as memórias coletivas, materializadas no espaço ou em documentos. Memória e História é outro tópico, quando cita Pierre Nora, que define a História como a “construção sempre problemática e incompleta do que já não existe” (p. 29). Propõe então contextualizar o vestígio e não aceitar como definitiva qualquer interpretação sobre o passado, afirmando que a História seria o resultado da ação de processos que atuam em escalas desiguais e combinadas. Na sequência, discute a memória das cidades, que seria referenciada a uma base territorial, enquanto que a memória urbana trataria do estoque de lembranças como modo de vida urbano. Finalmente, Abreu comenta Geografia e História, e afirma que deve haver recuperação simultânea da História no e do lugar, após citar Milton Santos. O lugar seria o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas, e deveríamos dar conta do espaço onde os processos atuaram. Comenta os geógrafos históricos, com destaque para a contribuição da Geografia inglesa, enquanto que a Geografia Urbana Histórica ainda não teria conseguido se afirmar, com trabalhos que se limitam, sobretudo, à reconstituição das formas morfológicas. Mas, para estudar os espaços do passado, seria fundamental definir quais são os conceitos e variáveis adequados para a análise do tempo a ser investigado. Deve-se contextualizar as formas morfológicas produzidas pela sociedade assim como as suas relações com as

---

<sup>7</sup> Este texto foi republicado no livro *A Produção do Espaço Urbano*, organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2011).

normas e os processos sociais que as originaram. Conclui com a afirmação de que, além do passado, tínhamos que registrar as memórias coletivas que ainda estariam vivas.

O décimo texto, *Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, Século XVII*, foi apresentado inicialmente em Lisboa em 1999<sup>8</sup> e publicado no ano seguinte na revista *Geousp*. Ele é dedicado a Milton Santos. Comenta inicialmente a visão da Geografia como disciplina do presente, em J. Brunhes, A. Cholley e R. Hartshorne. Mas, para ele, o que distingue a Geografia das outras Ciências Sociais são as questões colocadas para o entendimento da sociedade. Passa a comentar o livro *Natureza do Espaço*, de Milton Santos. Quando trata de “O Passado: como estudar”, afirma que este é “um campo bastante inexplorado pelos geógrafos brasileiros”. Para Abreu, a empiricização do tempo pode ser feita a partir do corte sincrônico. As nossas categorias de análise, destaca, se são universais, servem para estudar a atualidade e também “para desvendar esses presentes no passado” (p. 18). A única diferença seria o método. Propõe então três regras fundamentais: 1) as categorias de análise são fundamentais, as variáveis que as operacionalizam não o são; 2) só se pode entender o “presente de então” se pudermos contextualizá-lo; 3) as geografias do passado trabalham com os fragmentos que ele deixou. A última parte é sobre o contexto: o Rio de Janeiro no século XVII, quando destaca a questão das frotas e cita as cartas do procurador da Câmara do Rio de Janeiro em Lisboa, a partir de documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Nessa análise, ele utiliza, para o exame do passado, as noções propostas por Milton Santos: os sistemas de ações e os sistemas de objeto. Na conclusão, lembra que analisamos apenas os vestígios do passado (quando cita Lowenthal), em grande parte materializados em documentos. O importante, reafirma, é colocar questões relevantes para o entendimento da sociedade e do espaço geográfico. Conclui com mais um convite para os geógrafos interpretarem o passado. Nesse texto, teórico-metodológico, Abreu utiliza conceitos elaborados por Milton Santos para mostrar a sua aplicabilidade no passado.

O décimo primeiro texto, *Cidade brasileira: 1870-1930*, foi apresentado no Simpósio Nacional de Geografia Urbana de Presidente Prudente, em 1999, e publicado no livro editado por Maria Encarnação Sposito em 2001. Nele,

<sup>8</sup> O texto foi apresentado no Congresso Portugal-Brasil em Lisboa em 1999.

Abreu retoma o período 1870-1930, dessa vez tratando do conjunto das cidades brasileiras. Nessa época de transição do Brasil rural para o Brasil urbano industrial, ele destaca a formação de um mercado urbano de terras, com o surgimento dos grandes loteamentos para a burguesia, assim como os loteamentos proletários, seguindo diferentes vetores de expansão que separavam classes e usos. Em seguida, discute novamente o higienismo, cujo enfoque era o problema da corrupção do meio e o combate aos “miasmas”. O sanitarismo, por outro lado era baseado na revolução bacteriológica pasteuriana e teria superado o higienismo, a partir do exemplo da operação mata-mosquito realizada em Havana. Junto com o sanitarismo vieram os planos de melhoramentos e a preocupação estética, tendo como referência a cidade de Paris. A Reforma Urbana do Rio de Janeiro (1902-1906) foi considerada paradigmática para as outras cidades brasileiras. Ela foi seguida pelos planos integrados de desenvolvimento urbano, cujo primeiro teria sido o Plano Agache para o Rio de Janeiro (1930). O texto é concluído com o comentário sobre o controle das habitações e do espaço urbano, com o início da regulamentação do concreto armado, que viria viabilizar a verticalização das cidades, assim como os primeiros códigos de zoneamento urbano. Por outro lado, teria ocorrido a ausência do Estado, que “não conseguiu, não pôde ou não quis” assumir o controle sobre a ação das populações pobres envolvidas em invasões de terras urbanas e loteamentos não regularizados. Com a Revolução de 1930, as cidades passaram a adquirir uma nova importância. Esse texto tem semelhanças com o de 1996, embora tenha maior abrangência.

O décimo segundo texto, intitulado *Rio de Janeiro Quinhentista* e publicado na revista Rio Urbano em 2002, parece ser dirigido a um público mais amplo. Abreu utiliza uma linguagem mais leve: para recuperar os vestígios da memória colonial carioca, precisaria ter “uma paciência de Jó”, e fazer um “trabalho de chinês” (p. 1)<sup>9</sup>, ou mesmo, “ao mirar num pássaro, o autor acertou noutro” (p. 10). Segundo o autor, apesar do incêndio do arquivo do Senado da Câmara, em 1790, vestígios da memória colonial ainda poderiam ser encontrados em várias fontes. Constata que o Rio de Janeiro colonial não tem sido um objeto de estudo preferencial. Nesse pequeno texto de nove páginas, ele se limita a alguns debates que ocorreram entre os historiadores sobre pontos polêmicos do

---

<sup>9</sup> Utilizo a paginação da minha cópia, doada pelo autor.

conhecimento do Rio quinhentista: o local da fundação da cidade; quem teria sido o fundador; qual a data da fundação; se o Rio de Janeiro era uma cidade ou uma vila; o uso das toponímias; e a análise das imagens, inclusive dos mapas que poderiam levar a erros, quando não examinados criticamente, assuntos que constarão do seu livro de 2010.

O décimo terceiro texto, que traz como título *A luta pelo controle territorial da Baía da Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos*, foi publicado em livro organizado pelo autor em 2005, juntamente com trabalhos de seus orientandos. O texto está dividido em seis partes: (1) Os indígenas e seus territórios; (2) Portugueses e franceses na disputa pelo comércio tropical; (3) Um território antilusitano em formação; (4) a França Antártica: catolicismo e protestantismo em conflito no trópico<sup>10</sup>; (5) A conquista portuguesa da Guanabara; e (6) Considerações Finais. Este texto já é um resultado da longa pesquisa em andamento que resultará na sua obra magna, publicada em 2010, cujas temáticas serão mais desenvolvidas nos capítulos 2 e 3 do primeiro volume.

O artigo *Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro no século XVI*, o décimo quarto texto, foi publicado na revista *Cidades* em 2005<sup>11</sup>. O autor o colocou como um dos cinco textos mais importantes no seu Currículo Lattes. O artigo, dividido em doze partes, começa com comentários acerca do longo debate sobre a espontaneidade das cidades portuguesas, em contraste com as cidades planejadas espanholas. Como o texto anterior, este é também um resultado das pesquisas voltadas para os dois primeiros séculos da cidade do Rio de Janeiro, que resultaram no seu livro de 2010. Após a Introdução, descreve: (1) As origens do Rio de Janeiro, parte desenvolvida no capítulo três do primeiro volume do referido livro, tem como objetivo, segundo o autor, “resgatar do esquecimento esse Rio de Janeiro primitivo” (p. 191). Os demais temas serão tratados com mais profundidade no capítulo 14 do segundo volume: (2) A busca da cidade quinhentista: as fontes de informação; (3) Os caminhos primitivos; (4) A doação de chãos aos jesuítas; (5) O trasto da cidade; (6) A cidade alta (7); O traçado urbano da colina; (8) Baluartes, muro

<sup>10</sup> Baseado no texto *La France Antartique, ou Le Brésil français du XVI siècle*, publicado em PITTE, Jean-Robert; SANGUIN, Adré-Louis (Dir.). *Géographie et Liberté. Mélanges en hommage a Paul Claval*. Paris: L'Harmattan, 1999. P. 201-212.

<sup>11</sup> Este texto foi traduzido para o francês com o título *À la recherche du Rio de Janeiro du seizième siècle* e foi publicado no livro editado por Laurent Vidal (2008).

e portas da cidade (quando apresenta pela primeira vez os três mapas conjecturais); (9) A descida para a várzea (com o mapa do Rio de Janeiro de 1600); (10) O traçado urbano da várzea; (11) Um plano urbano regular; e (12) Conclusão. Ele afirma que nas cidades reais “há provas substantivas de que o que hoje chamaríamos de ‘urbanismo erudito’ sempre orientou o seu crescimento”, tanto no Rio como em Salvador (p. 216). Nas referências, são registradas as fontes de arquivos brasileiros (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional) e portugueses (Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo) onde realizou suas pesquisas.

O último texto analisado, o décimo quinto, com o título *Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII*, foi apresentado em *workshop* realizado em 2006 e publicado como capítulo de livro organizado por Fania Fridman e pelo próprio autor em 2010. É composto por sete partes. Na Introdução, Abreu comenta as poucas informações existentes sobre a cultura canavieira nos primeiros séculos da colonização do Brasil, sobretudo no que concerne ao Rio de Janeiro, devido ao incêndio do arquivo da Câmara Municipal. Adiciona a ausência das representações gráficas da cidade e da capitania. Informa ainda que foram analisados todos os livros cartoriais existentes e outros documentos, o que dá uma ideia do imenso trabalho realizado. A segunda parte, “Conjunturas econômicas seiscentistas: breve contextualização”, descreve quatro conjunturas no século XVII e a série de instabilidades ocorridas no período. A terceira parte, “Névoas que permanecem”, constata a ausência de estudos sobre o século XVII. Levanta então uma série de questões e informa a base de dados construída após doze anos de levantamentos em arquivos no Brasil, em Portugal e no Vaticano. A partir da quarta, e até a sexta, as partes correspondem ao conteúdo do capítulo 12 do 2º volume do livro sobre a Geografia Histórica do Rio de Janeiro. Na quarta parte, “A construção da base de dados dos engenhos fluminenses”, são apresentados dois outros exemplos que não aparecem no livro, o engenho São Miguel, localizado em Taitimana (p. 71), e um engenho sem identificação, localizado em Sarapuí (p. 75). A quinta parte, “Dos quadros de moendas à base de dados espaço-temporal de engenhos”, é seguida pela última “Os engenhos do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII”. O autor conclui que o trabalho preenche lacunas sobre o Rio de Janeiro seiscentista, com a identificação de “onde e quando esse

processo se materializou no espaço” (p. 85), ou seja, uma das maiores contribuições deixadas pelo autor.

### **Conclusões**

Para concluir, podemos destacar alguns pontos:

- a evolução do pensamento: começa pelos finais do século XIX e inícios do XX e termina com os séculos XVII e XVIII, mantendo sempre, como principal recorte espacial, o Rio de Janeiro;
- a escala prioritária é a local, mas há trabalhos em outras escalas, regionais, nacionais e internacionais;
- a evolução das fontes utilizadas: dados secundários, jornais dos períodos analisados e dados primários de arquivos nacionais e estrangeiros;
- a elaboração de textos a partir do exame de informações e dados empíricos e de textos mais teóricos (temporalidades, memória);
- o uso de diferentes abordagens: descritiva, analítica, ambiental, dialética...;
- o trabalho com os conceitos de espaço, território, lugar, paisagem, entre outros, e também a utilização dos conceitos propostos por Milton Santos para provar a viabilidade de sua aplicação no passado;
- a orientação para diversos públicos: geógrafos, historiadores, outros cientistas sociais e leigos em geral;
- o papel “missionário” que desempenhou na Geografia Histórica: convites para o campo temático e, também, importante contribuição teórica e metodológica;
- a principal mensagem: a Geografia deve estudar o passado com as mesmas categorias com que trabalha o presente e o fundamental é levantar questões importantes.

A contribuição de Maurício Abreu, portanto, extrapola a produção dos seus livros, pois, no intervalo de suas duas obras principais, deixou uma série de textos que mostram os caminhos percorridos ao longo da pesquisa, bem como o avanço em direção aos períodos mais longínquos e mais difíceis.

Sua vida, sua contribuição servem de exemplo e de estímulo para os que dão continuidade a essa subdisciplina fronteiriça, que não se baseia apenas no discurso, mas, sobretudo, na reconstituição laboriosa e na tentativa de compreensão de fragmentos de um rico passado.

Fica uma última questão: se o Mauricio ainda tivesse tido mais tempo de saúde e de vida, teria ele estudado o Rio de Janeiro no século XVIII?

Salvador, novembro de 2011.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987a.
- \_\_\_\_\_. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930), *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 21, p. 12-38, 1987b.
- \_\_\_\_\_. A cidade, a montanha e a floresta, In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E., 1992. P. 54-103.
- \_\_\_\_\_. A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: Associação de Geógrafos Brasileiros/UFRJ/IBGE, 1993. P. 188-190.
- \_\_\_\_\_. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. P. 199-322.
- \_\_\_\_\_. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 34-46, 1994.
- \_\_\_\_\_. Reconstruire une histoire oubliée. Origine et expansion initiale des *favelas* de Rio de Janeiro. *Genèses*, Paris, n. 16, p. 45-68, juin, 1994.
- \_\_\_\_\_. Habitação popular, forma urbana e transição para o capitalismo industrial: o caso do Rio de Janeiro. In: BECKER, Bertha; CHRISTOFOLETTI, Antônio; DAVIDOVICH, Fany; GELGER, Pedro (Org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. P. 118-135.
- \_\_\_\_\_. Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités. *Bull. Assoc. Géogr. Franç.*, Paris, p. 30-38, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. P. 145-184.
- \_\_\_\_\_. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 145-184.
- \_\_\_\_\_. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzachiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). *A Cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza: EDUFC, 1997. P. 27-52.
- \_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-26. 1998.
- \_\_\_\_\_. La France Antartique, ou Le Brésil français du XVI siècle. PITTE, Jean-Robert; SANGUIN, André-Louis (Dir.). *Géographie et liberté*. Mélanges en hommage à Paul Claval. Paris: L'Harmattan, 1999. P. 201-212.
- \_\_\_\_\_. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geousp*, São Paulo, n. 4, p. 13-25, 2000.

- \_\_\_\_\_. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp, 2001. P. 35-44.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro Quinhentista, *Rio Urbano*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 42-51, 2002.
- \_\_\_\_\_. A luta pelo controle territorial da Baía da Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia urbana carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicações, 2005. P. 8-29.
- \_\_\_\_\_. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro no século XVI. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 189-220, 2005.
- \_\_\_\_\_. À la recherche du Rio de Janeiro du seizième siècle. In: VIDAL, Laurent (Dir.). *La ville au Brésil (XVIIIe-XXe siècles) : naissances, renaissances*. Paris: Les Indes Savantes, 2008. P. 17-34.
- \_\_\_\_\_. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio de Almeida (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. P. 63-89.
- \_\_\_\_\_. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio / Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. 2 v.
- \_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Contexto, 2011. P. 19-39.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Resenha. *RUA*, Salvador, v.1, n.1, p. 161-163, 1988. Resenha de: ABREU, Mauricio de. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN-RIO/Zahar, 1987. 147 p.
- \_\_\_\_\_. *Dois Séculos do Pensamento sobre a Cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.
- \_\_\_\_\_. Geografia Histórica do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 123-124, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Geografia Histórica do Rio de Janeiro. *Geografia*, Rio Claro, v. 36, n. 2, p. 433-435, 2011b.
- \_\_\_\_\_. Geografia Histórica do Rio de Janeiro. *Resenha*, (no prelo).